

Basta de mortes! Queremos que a riqueza da Nação seja para a vida digna de todos!
- Jornada de Luta por Direitos e Reforma Agrária Popular –



O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vem a público comunicar sua adesão as mobilizações que estão em processo de construção em 11 municípios no Corredor da Estrada de Ferro Carajás entre Parauapebas-Pará e São Luís no Maranhão, com objetivo de defender os direitos do povo que estão sendo negados pela companhia mineradora VALE, assim como pelos prefeitos, governadores e pelo governo federal que transformam a riqueza da Nação, em privilégio para o enriquecimento de poucos e a abundância de pobreza e miséria para a maioria.

Denunciamos a mineradora VALE, maior latifundiária da região norte, responsável pelos impactos ambientais e sociais que assolam milhares de famílias na região devido às suas atividades. A empresa é responsável pelos maiores crimes ambientais no Brasil, os impactos ambientais e sociais que assolam milhares de famílias na região.

Queremos que a empresa possa atender as demandas das famílias atingidas pela mineração. Frente a crise econômica e social que recai sobre os pequenos, entendemos que nunca foi tão urgente a repactuação sobre a distribuição da riqueza do subsolo de nossa pátria, e como filhos e filhas desta nação, viemos denunciar e exigir um conjunto de medidas:

- 1- A imediata devolução de terras não mineráveis sob posse ilegal da empresa VALE para fins de Reforma Agrária, assim como a aquisição de mais de 100 mil hectares de terras para assentar famílias acampadas e cadastradas pelo INCRA;
- 2- A criação de um Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico, sob controle social dos recursos do CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), para o enfrentamento às mazelas provocadas pelo modelo mineral;
- 3- A adoção imediata de um programa de habitação popular para a construção de 10.000 (dez mil) casas, para fazer frente ao deficit de moradia no município de Parauapebas;
- 4- A criação imediata de um Programa de Transferência de Renda, no valor de 1.000 (hum mil) reais por famílias em estado de vulnerabilidade social, em especial, as famílias chefiadas por mulheres;
- 5- Investimento massivo em programas de reflorestamento, recuperação de nascentes e da adoção da agroecologia em larga escala, nos municípios direta e indiretamente atingidos pela mineração;
- 6- Pagamento imediato do CFEM e de outros tributos, fruto de sonegação fiscal ou práticas semelhantes que sejam destinados para os cofres públicos de todos os municípios que são direta e indiretamente atingidos pela mineradora Vale;
- 7- Reparação pelas tragédias ambientais provocadas pela mineradora Vale, em especial as vítimas de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais.
- 8- Criação de uma Força Tarefa do Governo Federal, Estadual e Municipal com a participação dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal para tratar dos desdobramentos dos pontos acima citados.

Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!
Parauapebas, 03 de dezembro de 2024.